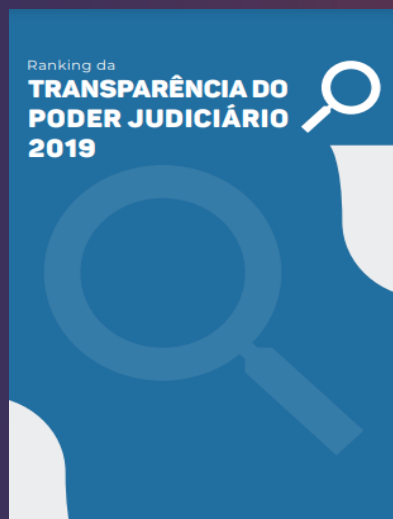
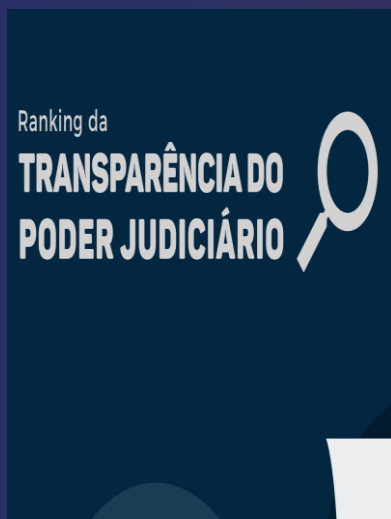


# Ranking da Transparência do Poder Judiciário



# Breve Contextualização



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

RESOLUÇÃO, 215 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** competir ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso XXXIII do art. 5º; no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, *caput* e § 1º, da Constituição Federal, e nos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** que o direito fundamental de acesso à informação deve ser assegurado por procedimentos executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública;

**CONSIDERANDO** ser a publicidade um dos princípios fundamentais regentes da administração pública, compreendendo a transparência, a acessibilidade, a integralidade e a integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira da coisa pública;

**Resolução do CNJ nº 215,2015 –  
dispõe sobre acesso à informação  
no âmbito do Poder Judiciário**



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

RESOLUÇÃO N. 260 DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, e institui o ranking da transparência do Poder Judiciário.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** ser competência do CNJ o controle da atuação administrativa do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aperfeiçoamento da Resolução CNJ n. 215/2015, que disciplina a aplicação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2007;

**CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhamento da divulgação das informações previstas na Resolução CNJ n. 215/2015;

**CONSIDERANDO** a decisão plenária tomada no Ato Normativo n. 0003843-41.2016.2.0000, na 27ª Sessão Ordinária, realizada em 4 de setembro de 2018;

**RESOLVE:**

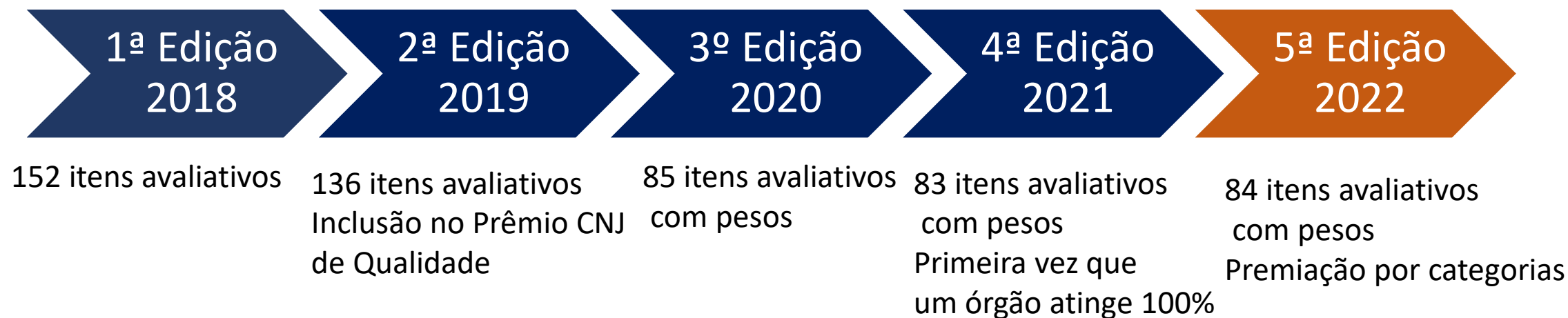
Art. 1º O artigo 4º da Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

\*Art. 4º

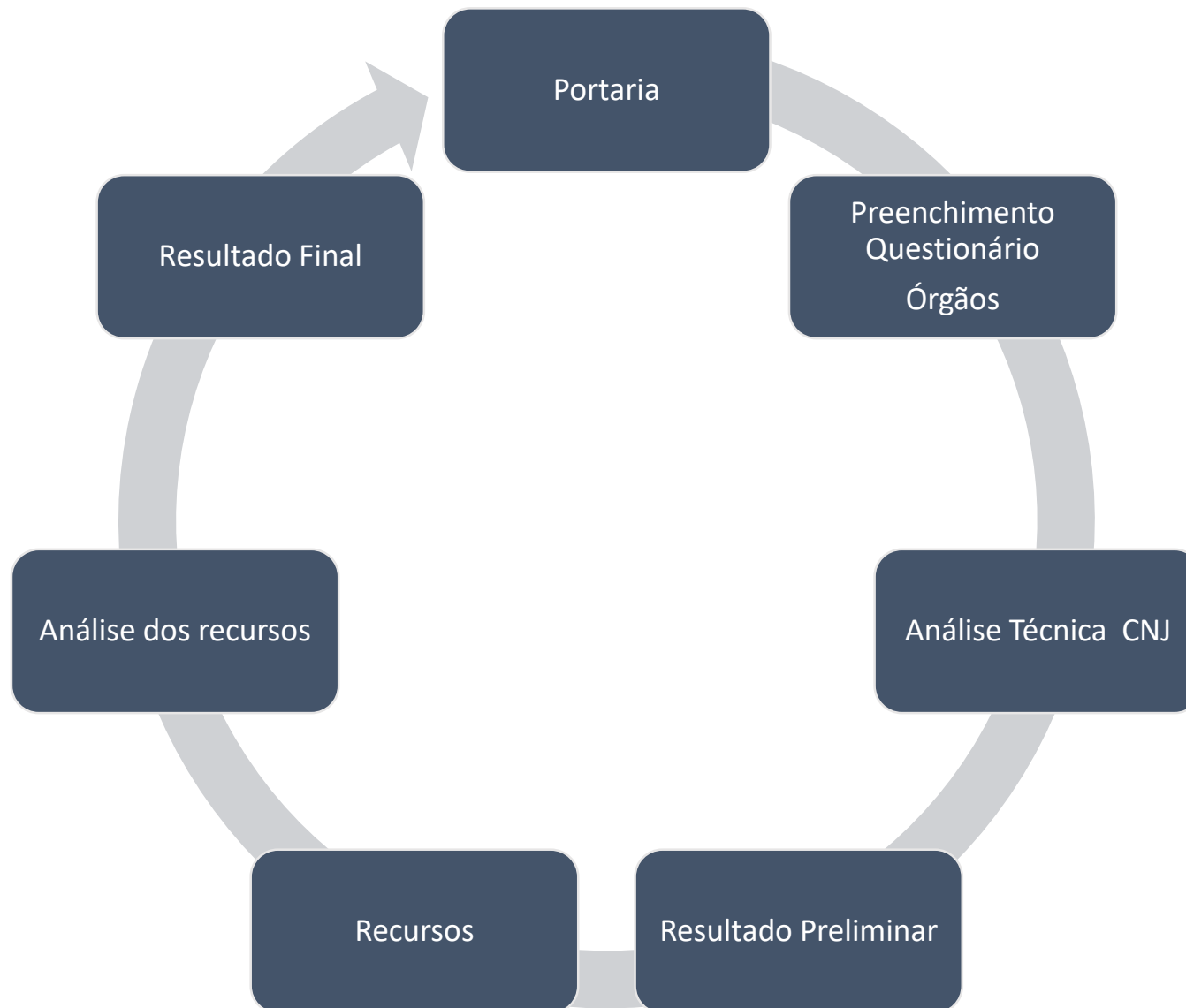
.....

**Resolução do CNJ nº 260,2018 –  
Instituiu o Ranking da  
Transparência do Poder Judiciário**

## Breve Histórico



## Das Etapas



## Dos Critérios

- ❖ GESTÃO
- ❖ AUDIÊNCIAS E SESSÕES
- ❖ SIC – SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
- ❖ OUVIDORIA
- ❖ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- ❖ GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- ❖ LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO
- ❖ GESTÃO DE PESSOAS
- ❖ AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
- ❖ SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

Levantamento estatísticos sobre atuação do órgão

Calendário das sessões colegiadas

Carta de Serviços ao cidadão

Relação dos contratados, com respectivos valores pagos nos últimos 3 anos

Informações relativas a procedimentos licitatórios

## Dos Critérios

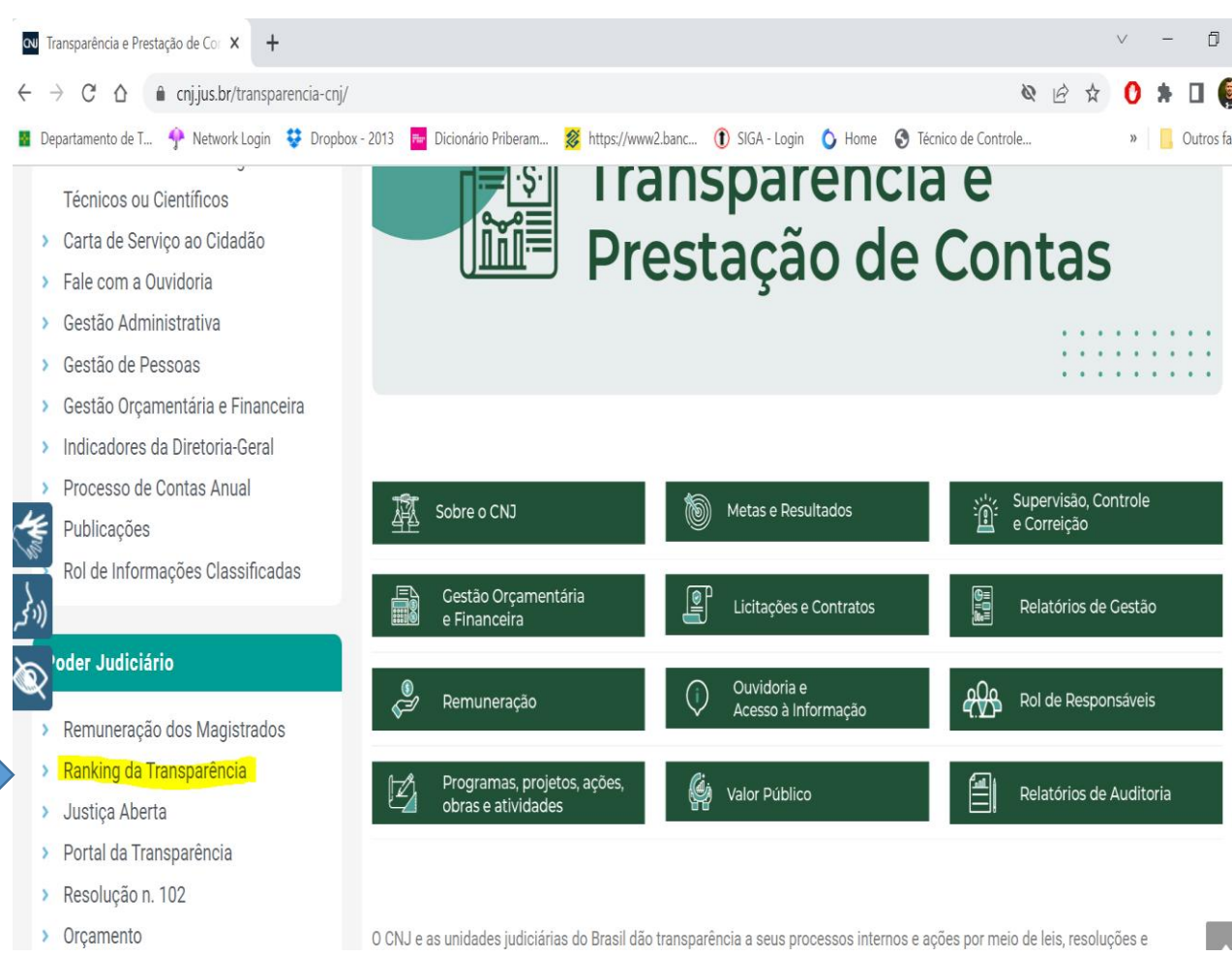
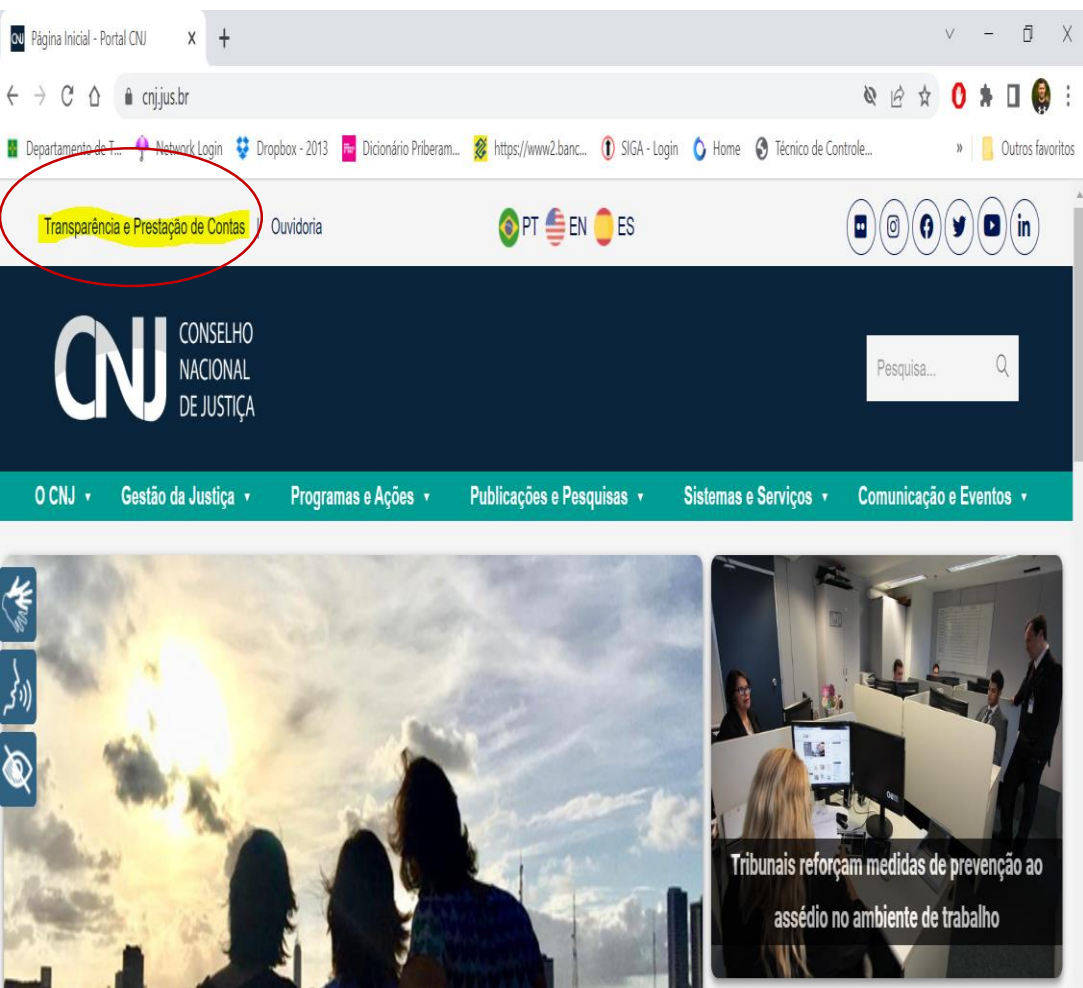
- **SUSTENTABILIDADE  
E ACESSIBILIDADE**

**PUBLICAÇÃO DO PLS**

**PUBLICAÇÃO DOS  
PLANOS DE AÇÕES DO  
PLS**

**PUBLICAÇÃO DOS  
RELATÓRIOS ANUAIS DE  
DESEMPENHO**

# Localização no Portal CNJ



# Agradeço!

(61) 2326-5302/5303

[dge@cnj.jus.br](mailto:dge@cnj.jus.br)

[rankingtransparencia@cnjs.jus.br](mailto:rankingtransparencia@cnjs.jus.br)